



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista Judiciário - Área Judiciária**  
**Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

**P R O V A**

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos  
Redação

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova de Redação.Caso contrário, solicite ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

## ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova de Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## CONHECIMENTOS GERAIS

## Português

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 7, considere o texto abaixo.

***Distorção negligenciada***

1 *Embora poucas vezes mencionadas nos debates sobre desigualdades, as doenças negligenciadas demonstram com perfeição a necessidade de haver mecanismos capazes de corrigir distorções globais.*

*Em entrevista a esta **Folha**, Eric Stobbaerts, diretor – executivo da Iniciativa de Medicamentos para Doenças Negligenciadas (DNDi, na sigla em inglês), lembrou que tais enfermidades ameaçam uma em cada seis pessoas do planeta; não obstante, entre 2000 e 2011, apenas 4% dos 850 novos medicamentos aprovados no mundo tratavam dessas moléstias.*

*As listas de moléstias variam de acordo com a agência que tenta capitanear sua causa. Têm em comum o fato de serem endêmicas em regiões pobres da África, da Ásia e das Américas. Nem sempre fatais, são bastante debilitantes.*

*Estão nesse grupo, por ordem de prevalência, helmintíase, esquistossomose, filariose, tracoma, oncocercose, leishmaniose, doença de Chagas e hanseníase. As três últimas e a esquistossomose são as mais relevantes para o Brasil.*

10 *A maioria desses distúrbios pode ser prevenida e conta com tratamentos efetivos pelo menos para a fase aguda, mas, por razões econômicas e políticas, eles nem sempre chegam a quem precisa.*

*Há, além disso, uma dificuldade relativa à ciência. Algumas das terapias disponíveis já têm quatro ou cinco décadas de existência. Investimentos em pesquisa poderiam levar a estratégias de prevenção e cura mais efetivas. Como essas doenças não são rentáveis, porém, os grandes laboratórios raras vezes se interessam por esse nicho.*

15 *Organizações como a DNDi e outras procuram preencher as lacunas. A situação tem melhorado, mas os avanços são insuficientes.*

*Seria sem dúvida ingenuidade esperar que a indústria farmacêutica se entregasse de corpo e alma à resolução do problema. Seu compromisso primordial é com seus acionistas – e essa é a regra do jogo. Isso não significa, contudo, que não possam fazer parte do esforço.*

20 *O desejo de manter boas relações públicas combinado com uma política de estímulos governamentais pode produzir grandes resultados. Também seria desejável envolver com maior intensidade universidades e laboratórios públicos (onde os há, como é o caso do Brasil).*

*Mais de 1 bilhão de humanos ainda sofrem, em pleno século 21, com doenças cujo controle é não só possível, mas também relativamente barato – eis um fato que depõe contra o atual estágio de nossa organização global.*

(Folha de S. Paulo. Opinião. p. A3, 14/03/2014)

1. No processo argumentativo adotado no edital,

- (A) o segmento *Embora poucas vezes mencionadas nos debates sobre desigualdades* exprime ideia em relação tal de antinomia com o restante da frase, que desqualifica a alegação de que as *doenças negligenciadas* falam a favor da correção de distorções globais.
- (B) a caracterização destacada em *demonstram com perfeição* evidencia que, numa escala de valores, as doenças negligenciadas ocupam alto nível no que se refere à exposição da *necessidade de haver mecanismos capazes de corrigir distorções globais*.
- (C) a oferta da informação (*DNDi, na sigla em inglês*) deve ser atribuída à necessidade do jornalista de angariar credibilidade para a organização, confiabilidade de que depende, sobretudo, o grau de convencimento do leitor deste texto.
- (D) o fato de que *tais enfermidades ameaçam uma em cada seis pessoas do planeta* é apontado como causa próxima de que, *entre 2000 e 2011, apenas 4% dos 850 novos medicamentos aprovados no mundo tratavam dessas moléstias*.
- (E) o título – ***Distorção negligenciada*** –, tirando proveito da expressão *doenças negligenciadas*, tem a função restrita de qualificar o que se tem na frase inicial do texto: o fato de essas doenças serem poucas vezes mencionadas nos debates sobre desigualdades.

2. É fiel ao que se tem no 3º parágrafo a seguinte afirmação:

- (A) As moléstias negligenciadas são listadas de modos distintos, visto que as agências regulam, a seu modo, cada uma dessas doenças.
- (B) Na dependência da agência que ganha a concorrência, uma ou outra doença é retirada da lista oficial de moléstias negligenciadas e passa a ser tratada.
- (C) Um fator aproxima as doenças negligenciadas: ocorrem habitualmente e com incidência significativa em populações pobres da África, da Ásia e das Américas.
- (D) Doenças negligenciadas são aquelas moléstias infecciosas comuns e rápidas que se manifestam em surto periódico em populações pobres de regiões como a África, Ásia e Américas.
- (E) Em todos os continentes é comum ocorrerem doenças de caráter transitório, que atacam simultaneamente grande número de indivíduos.



3. O texto abona o seguinte comentário:
- (A) (linha 7) Na frase *Nem sempre fatais, são bastante debilitantes*, em que se apresenta o perfil das doenças negligenciadas, indicam-se dois relevantes traços possíveis de sua constituição.
  - (B) (linha 10) A frase *A maioria desses distúrbios [...] conta com tratamentos efetivos* é passível de ser transposta para a voz passiva.
  - (C) (linha 9) Infere-se corretamente que o desafio do Brasil é enfrentar tanto a prevenção, quanto a cura de quatro das doenças negligenciadas, visto que não há ocorrências das demais em solo brasileiro.
  - (D) (linha 10) O comentário *pelo menos para a fase aguda* constitui uma restrição, assim como é restritiva a expressão *A maioria desses distúrbios*, mas, no contexto, esses limites estão associados a avanços, ainda que nem sempre garantidos.
  - (E) (linha 10) A correlação entre *pode ser prevenida* e *conta com tratamentos efetivos* evidencia, por meio das formas verbais, a incoerência, respectivamente, entre as possibilidades técnicas e as ações levadas a efeito.

4. *Há, além disso, uma dificuldade relativa à ciência. Algumas das terapias disponíveis já têm quatro ou cinco décadas de existência. Investimentos em pesquisa poderiam levar a estratégias de prevenção e cura mais efetivas. Como essas doenças não são rentáveis, porém, os grandes laboratórios raras vezes se interessam por esse nicho.*

Considerado o trecho acima, é adequado o seguinte comentário:

- (A) A supressão da vírgula após a palavra *Há* preserva a correção da frase.
- (B) A correlação entre as formas verbais *Há* e *poderiam levar* evidencia a relação estabelecida entre o que efetivamente existe e a hipótese considerada bastante improvável.
- (C) Formulação alternativa ao uso de *têm* está correta assim – "existe a".
- (D) A expressão *mais efetivas*, em virtude do segmento que caracteriza, pode ser deslocada para depois da palavra *estratégias*, sem prejudicar o sentido original.
- (E) No contexto, o emprego de *já* contribui para a construção da ideia de que certas terapias têm longevidade que comprova sua eficiência.

5. *Seria sem dúvida ingenuidade esperar que a indústria farmacêutica se entregasse de corpo e alma à resolução do problema. Seu compromisso primordial é com seus acionistas – e essa é a regra do jogo. Isso não significa, contudo, que não possam fazer parte do esforço.*

Afirma-se com correção sobre aspecto do trecho acima:

- (A) Se, em vez de *resolução do problema*, houvesse "resolver o problema", seria correto manter o acento indicativo da crase – "se entregasse [...] à resolver o problema".
- (B) A palavra *primordial* está corretamente empregada, assim como está em "É primordial para o setor, sem dúvida alguma, as mudanças relativas à área de recursos humanos".
- (C) Justifica-se o uso do sinal de pontuação, na linha 2 do trecho acima, assim: "Não é raro o emprego de um só travessão para indicar que a parte final de um enunciado constitui um comentário marginal, de reduzida força para o desenvolvimento do raciocínio".
- (D) A substituição da conjunção *contudo* por "ainda que" não altera a relação que originalmente está estabelecida entre as frases do texto.
- (E) A substituição da forma verbal *possam fazer* por "possa fazer" estaria correta e adequada ao contexto.

6. *Também seria desejável envolver com maior intensidade universidades e laboratórios públicos (onde os há, como é o caso do Brasil).*

A redação alternativa à frase acima, que se apresenta clara, correta e fiel às ideias nela expostas, é:

- (A) Igualmente desejável seriam universidades e laboratórios públicos que se envolvessem mais intensamente, pois no caso do Brasil eles têm presença.
- (B) Da mesma maneira, seria desejável que fossem envolvidos mais intensamente universidades e laboratórios públicos, em lugares, como o Brasil, em que eles existem.
- (C) Em lugares em que estes existem (sendo o Brasil um caso de ter universidades e laboratórios públicos), seria também desejável seu intenso envolvimento.
- (D) Inclui-se no raciocínio que é desejável ter-se envolvimento de maior intensidade, de universidades e laboratórios aonde se encontram, como o caso do Brasil.
- (E) Equivalentemente, seria envolvimento desejável e intenso o das universidades e laboratórios públicos (em que, como o caso do Brasil, eles existem).



7. *Mais de 1 bilhão de humanos ainda sofrem, em pleno século 21, com doenças cujo controle é não só possível, mas também relativamente barato – eis um fato que depõe contra o atual estágio de nossa organização global.*

Na frase acima,

- (A) a correlação estabelecida por *não só... mas também* pode ser igualmente estabelecida por "tanto ... quanto também".  
(B) *cujo* pode ser substituído, sem prejuízo da correção e do sentido, por "de que seu".  
(C) o emprego de *sofrem*, no plural, é a única forma aceitável de concordância, segundo a norma-padrão.  
(D) a expressão *com doenças* exprime ideia de "conformidade".  
(E) o emprego de *depõe* é que infunde o sentido de negatividade ao segmento final.

**Atenção:** Para responder às questões de números 8 a 12, considere o texto de Barbosa e Rabaça.

Leia com atenção o verbete abaixo, transcrito do **Dicionário de comunicação**, e as assertivas que o seguem.

### **Responsabilidade social**

• (mk,rp) *Adoção, por parte da empresa ou de qualquer instituição, de políticas e práticas organizacionais socialmente responsáveis, por meio de valores e exemplos que influenciam os diversos segmentos das comunidades impactadas por essas ações. O conceito de responsabilidade social fundamenta-se no compromisso de uma organização dentro de um ecossistema, onde sua participação é muito maior do que gerar empregos, impostos e lucros. Seu objetivo básico é atuar no meio ambiente de forma absolutamente responsável e ética, inter-relacionando-se com o equilíbrio ecológico, com o desenvolvimento econômico e com o equilíbrio social. Do ponto de vista mercadológico, a responsabilidade social procura harmonizar as expectativas dos diferentes segmentos ligados à empresa: consumidores, empregados, fornecedores, redes de venda e distribuição, acionistas e coletividade. Do ponto de vista ético, a organização que exerce sua responsabilidade social procura respeitar e cuidar da comunidade, melhorar a qualidade de vida, modificar atitudes e comportamentos através da educação e da cultura, conservar a vitalidade da terra e a biodiversidade, gerar uma consciência nacional para integrar desenvolvimento e conservação, ou seja, promover o desenvolvimento sustentável, o bem-estar e a qualidade de vida. Diz-se tb. **responsabilidade social corporativa** ou **RSC**. V. **ecossistema social, ética corporativa, empresa cidadã e marketing social.***

(BARBOSA, Gustavo e RABAÇA, Carlos Alberto. 2.ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001 – 10ª reimpressão, p. 639-40)

8. I. Para que o leitor leigo tenha acesso adequado a todas as informações que o texto acima disponibiliza, basta que, após a sua leitura, cumpra as remissões indicadas; são remissões indicadas as que estão expressas nos segmentos iniciados por *Diz-se tb.* e *V.*
- II. Para o entendimento do verbete deste dicionário especializado, contrariamente ao que ocorre com os verbetes dos dicionários da língua portuguesa, é imprescindível que o leitor se aproprie de todas as convenções utilizadas na obra; neste caso, que saiba que "mk" significa "*marketing*" e que "rp" significa "relações públicas".
- III. O verbete, neste dicionário especializado, é aberto por uma expressão; a sinonímia, igualmente assentada em expressão, é relevante nessa estrutura de vocabulário técnico.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.  
(B) II.  
(C) III.  
(D) I e II.  
(E) II e III.

9. O verbete transcrito, considerado até a *qualidade de vida*, organiza-se na sequência dos itens apresentados abaixo:

- (A) conceito; detalhamento do conceito (fundamento; objetivos fundamental e específicos da adoção citada).  
(B) conceito amplo; conceito restrito; objetivos da política; detalhamento de distintos pontos de vista sobre o conceito.  
(C) sinonímia da expressão; fundamento remoto da prática institucional; objetivos imediatos da prática, em distintos setores (mercadológico e ético).  
(D) descrição minuciosa dos componentes da prática organizacional socialmente responsável; objetivos básico, mercadológico, ético.  
(E) explicitação do conceito sob o ponto de vista do *marketing* e das relações públicas; fundamento dessas áreas; objetivos da política empresarial nessas distintas áreas; ganhos sociais propiciados pela prática eficiente.



10. Infere-se corretamente do verbete:
- (A) Políticas e práticas socialmente responsáveis são de competência constitutiva de empresas e de qualquer instituição.
  - (B) Valores e exemplos que influenciam os diversos segmentos que constituem uma comunidade neutralizam os impactos deletérios de empresas instaladas no entorno dessa comunidade.
  - (C) É dever de empresas, por determinação legal, a organização de um sistema que, incluindo os seres vivos e o ambiente, garanta inter-relacionamento harmônico entre todos os envolvidos.
  - (D) É pressuposto que uma empresa participe da geração de empregos, impostos e lucros.
  - (E) É inerente à atividade empresarial atuar no meio ambiente de forma absolutamente responsável e ética.
- 
11. O segmento do verbete que apresenta descuido quanto à regência é:
- (A) *Adoção [...] de políticas e práticas organizacionais socialmente responsáveis.*
  - (B) *Seu objetivo básico é atuar no meio ambiente [...], inter-relacionando-se com o equilíbrio ecológico, com o desenvolvimento econômico e com o equilíbrio social.*
  - (C) *a organização que exerce sua responsabilidade social procura respeitar e cuidar da comunidade.*
  - (D) *a organização que exerce sua responsabilidade social procura [...] conservar a vitalidade da terra e a biodiversidade.*
  - (E) *a organização que exerce sua responsabilidade social procura [...] promover o desenvolvimento sustentável, o bem-estar e a qualidade de vida.*
- 
12. Segmentos do texto receberam nova pontuação. O que mantém a adequação à norma-padrão é:
- (A) *Adoção, por parte da empresa ou de qualquer instituição, de políticas e práticas organizacionais socialmente responsáveis / Adoção por parte da empresa ou de qualquer instituição, de políticas e práticas organizacionais, socialmente responsáveis.*
  - (B) *Do ponto de vista mercadológico, a responsabilidade social procura harmonizar as expectativas dos diferentes segmentos ligados à empresa / Do ponto de vista, mercadológico, a responsabilidade social procura harmonizar as expectativas dos diferentes segmentos, ligados à empresa.*
  - (C) *a organização que exerce sua responsabilidade social procura respeitar e cuidar da comunidade, melhorar a qualidade de vida / a organização – que exerce sua responsabilidade social – procura, respeitar e cuidar, da comunidade, melhorar a qualidade de vida.*
  - (D) *gerar uma consciência nacional para integrar desenvolvimento e conservação / gerar uma consciência nacional, para integrar, desenvolvimento e conservação.*
  - (E) *para integrar desenvolvimento e conservação, ou seja, promover o desenvolvimento sustentável, o bem-estar e a qualidade de vida / para integrar desenvolvimento e conservação, ou seja: promover o desenvolvimento sustentável, o bem-estar e a qualidade de vida.*
- 
13. A alternativa que apresenta frase redigida de modo claro e condizente com a norma-padrão é:
- (A) Assim que ele viu-os sair apressados e com semblante sério, indagou-se sobre o que teria acontecido durante aqueles tensos minutos que estiveram na sala da diretoria?
  - (B) Exequibilidade à parte, o projeto do coordenador dos eventos exibia tanta riqueza de informação, a prenunciar sucesso, que não havia quem não os quisesse custear.
  - (C) Não se tratava de excrescências a serem relegadas mas, de itens absolutamente imprescindíveis ao bom encaminhamento das seções em que se fosse debater tantos e tão controversos temas.
  - (D) Levantada a hipótese de os assessores se contrapuserem à decisão intempestiva do diretor, ninguém hesitaria em lhes apoiar, pois sabiam que ele determinava, depois ponderava sobre o assunto decidido.
  - (E) Primeiramente em prioridade absoluta, tornar-se-ia necessário que se revisasse as últimas determinações do ministro, mas nada parecia indicar que o fizessem à tempo.



14. Não faltam clareza e correção, segundo a norma-padrão, à seguinte frase:
- (A) Eu estou entre aqueles que foi mau tratado pelo adjunto do secretário geral, por isso pretendo envidar todos os esforços para que ele responda pelos seus atos na medida exata da justiça.
  - (B) Estando emerso em decisões a tomar, não previu a possibilidade de, tempo findo, ser chamado a prestar contas e enumerar os impecilhos que o tornaram vulnerável a uma suspensão.
  - (C) Crêa você, ou não, o fato é que dissensões existem até na hora de organizar as homenagens decididas por consenso, pois os mais espontâneos, a rigor, são sempre os mais influentes nas deliberações finais.
  - (D) A homogeneização dos ingredientes no tacho de cobre, é determinante de um bom ou medíocre resultado da receita, motivo porque muitos cozinheiros reservam toda a atenção e tempo a esse quesito.
  - (E) Acometido de forte disenteria, de que a palidez era sinal inequívoco, viu-se na iminência de ser internado, o que o impediu de comparecer ao julgamento como a testemunha mais importante da defesa.

### Informática

15. Ana possui instalado em seu *notebook* de trabalho o Microsoft Office Professional Plus 2010, em português, na sua configuração padrão. Foi solicitada por seu chefe a escrever a ata de uma reunião com início em cinco minutos. Como não se recordava do formato adequado de uma ata de reunião formal, lembrou-se que o aplicativo Word possui um conjunto de modelos de documentos que inclui currículos, atas, convites, formulários etc. Para abrir um destes modelos de ata, Ana entrou no Microsoft Word, clicou
- (A) na guia Inserir, selecionou a opção Modelos de Documentos na divisão Modelos, clicou na opção Atas para abrir a pasta com os modelos de atas, selecionou o modelo de ata de sua preferência e clicou no botão Baixar.
  - (B) na guia Página Inicial, selecionou Modelos do Office.com na divisão Estilo, clicou na opção Modelos Formais, clicou na opção Atas de Reunião, selecionou o modelo de ata de sua preferência e clicou em Abrir.
  - (C) na opção Modelos de Documentos da guia Inserir, selecionou a opção Atas na divisão Modelos do Office.com, abriu a pasta com os modelos de atas, selecionou o modelo de ata de sua preferência e clicou em Abrir.
  - (D) no menu Arquivo, em seguida, na opção Abrir, selecionou a opção Atas na divisão Modelos do Office.com, abriu a pasta com os modelos de atas, selecionou o modelo de ata de sua preferência e clicou na opção Abrir.
  - (E) no menu Arquivo, em seguida, na opção Novo, selecionou a opção Atas na divisão Modelos do Office.com, abriu a pasta com os modelos de atas, selecionou o modelo de ata de sua preferência e clicou em Baixar.
16. Luiza trabalha no Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região do estado do Maranhão e recebeu uma planilha criada no Microsoft Excel 2010 em português, com apenas os nomes e os cargos dos magistrados que compõem o Tribunal, dados também presentes no *site* da instituição. A tarefa de Luiza é, a partir desta planilha, criar mais 2 colunas, uma com o primeiro nome dos magistrados e a outra com seu último sobrenome.

	A	B	C	D
1	Nome completo	Cargo	Primeiro Nome	Sobrenome
2	Luiz Cosmo da Silva Júnior	Presidente	Luiz	Júnior
3	James Magno Araújo Farias	Vice-Presidente	James	Farias
4	Américo Bedê Freire	Desembargador	Américo	Freire
5	José Evandro de Souza	Desembargador	José	Souza
6	Gerson de Oliveira Costa Filho	Desembargador	Gerson	Filho
7	Márcia Andrea Farias da Silva	Desembargadora	Márcia	Silva
8	Ilka Esdra Silva Araújo	Desembargadora	Ilka	Araújo

Para exibir o primeiro nome dos magistrados, Luiza digitou na célula C2 uma fórmula que obteve e exibiu apenas a primeira parte do nome contido na célula A2, neste caso, "Luiz". Em seguida Luiza arrastou a fórmula para as células abaixo, obtendo o primeiro nome de todos os demais membros do Tribunal. A fórmula correta digitada por Luiza na célula C2 foi

- (A) =SEERRO(DIREITA(A2;PROCURAR("-",A2)-1);A2)
- (B) =PROCURAR(ESQUERDA(A2,1);A2)
- (C) =SEERRO(ESQUERDA(A2;PROCURAR(" ";A2)-1);A2)
- (D) =SEERRO(LEFT(A2;PROCURAR(A2)-1);A2)
- (E) =SEERRO(ESQUERDA(A2;PROCURAR(" ";A2)+1);A2)



17. A seguinte figura apresenta um ícone presente na Área de trabalho do sistema operacional Windows em suas versões mais recentes.



Na figura, o ícone com a sobreposição do símbolo com a seta

- (A) indica que o ícone foi criado a partir de um *download* de programa da Internet.
- (B) representa um arquivo criado no Bloco de Notas.
- (C) indica que o ícone é um Atalho para o programa Bloco de Notas.
- (D) representa uma cópia do programa Bloco de Notas.
- (E) indica que o ícone é um Atalho para um arquivo criado no Bloco de Notas.

### Noções de Gestão Pública

18. Considere que o TRT da 16ª Região está elaborando o seu Planejamento Estratégico. A etapa de análise do microambiente organizacional ou Ambiente de Tarefa, contempla:
- (A) Fornecedores e clientes do TRT.
  - (B) Departamento de compras, concorrentes, entidades de classe.
  - (C) Departamento de recursos humanos, fornecedores e sindicatos.
  - (D) Economia, Sindicatos e Tribunal Regional do Trabalho de outra região.
  - (E) Demografia, governo, fornecedores.
19. Sobre o Planejamento e Gestão Estratégica, descrito na Resolução nº 70/2009 do Conselho Nacional de Justiça, está correto afirmar:
- (A) Os tribunais garantirão a participação efetiva de serventuários e de magistrados de primeiro e segundo graus, indicados pelas respectivas entidades de classe, na elaboração e na execução de suas propostas orçamentárias e planejamentos estratégicos.
  - (B) Os planejamentos estratégicos, alinhados ao Plano Estratégico Nacional, devem ter uma abrangência mínima de quatro anos e deverão ter, pelo menos, um indicador de resultado para cada objetivo estratégico.
  - (C) As propostas orçamentárias dos tribunais devem ser alinhadas aos respectivos planejamentos táticos para que sejam garantidos os recursos necessários a sua execução.
  - (D) Os Tribunais promoverão Reuniões de Análise da Estratégia (RAE) semestrais para acompanhamento dos resultados das metas fixadas, oportunidade em que poderão promover ajustes e outras medidas necessárias à melhoria do desempenho.
  - (E) Um dos objetivos estratégicos é facilitar o acesso à Justiça, com o objetivo de centralizar a relação da população com os órgãos judiciais e garantir equidade no atendimento à sociedade.
20. O orçamento corresponde ao principal instrumento da Administração pública para traçar programas, projetos e atividades para um período financeiro. Sobre orçamento público é INCORRETO afirmar:
- (A) É dividido em três aspectos pela doutrina contábil: financeiro, econômico e jurídico.
  - (B) É o documento no qual é previsto o valor monetário que, num período determinado (geralmente 1 ano), deve “entrar e sair dos cofres públicos (receitas e despesas), com especificação de suas principais fontes de financiamento e das categorias de despesas mais relevantes”.
  - (C) É o demonstrativo orgânico da economia pública, representando o retrato real da vida do Estado onde o governo terá de decidir quanto, em que e como vai gastar o dinheiro que arrecadará dos contribuintes.
  - (D) É a lei da iniciativa do Poder Legislativo e, aprovada pelo poder Executivo, que estima receita e fixa despesa para o exercício financeiro.
  - (E) Sistema orçamentário é a estrutura formada por organizações, pessoas, informações, tecnologia, normas e procedimentos necessários ao cumprimento das funções fixadas para a Administração pública.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Paulo é Vereador, Presidente da Câmara Municipal de determinado município do Estado do Maranhão. Faltando seis meses para o pleito eleitoral municipal, após a renúncia do Prefeito e do Vice-Prefeito, Paulo sucede o Prefeito, assumindo o cargo eletivo, concluindo integralmente o mandato. Neste caso, Paulo
- (A) não poderá concorrer ao cargo de Vereador, pois deveria ter renunciado ao mandato de Prefeito Municipal até quatro meses antes do pleito.
- (B) poderá concorrer normalmente ao cargo de Vereador, mas é inelegível para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito do Município.
- (C) poderá concorrer normalmente aos cargos de Prefeito, Vice-Prefeito ou Vereador do Município, sem qualquer restrição.
- (D) não poderá concorrer ao cargo de Vereador, pois deveria ter renunciado ao mandato de Prefeito Municipal até três meses antes do pleito.
- (E) não poderá concorrer ao cargo de Vereador, por ser inelegível, nos termos da Constituição Federal.

22. Renan é Procurador do Ministério Público do Trabalho, atuando no Estado do Maranhão. Em decorrência de uma denúncia veiculada junto ao Conselho Nacional do Ministério Público é instaurado processo administrativo disciplinar no referido Conselho contra Renan. Inconformado com uma decisão proferida no processo disciplinar instaurado Renan resolve questioná-la através de Mandado de Segurança. Neste caso, a competência para processar e julgar o *mandamus* será do
- (A) Tribunal Superior do Trabalho.
- (B) Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Supremo Tribunal Federal.
- (D) Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.
- (E) Conselho Nacional da Justiça Federal.

23. Os funcionários de uma grande empresa situada na cidade de São Luis entram em greve e acabam invadindo a sede da empresa durante o movimento e ali permanecem até a solução definitiva do impasse. Insatisfeita a empresa, por intermédio de seu departamento jurídico, resolve ajuizar na Justiça Comum Estadual uma Ação de Reintegração de Posse, que acaba sendo julgada procedente em primeira instância, confirmada pelo Tribunal de Justiça. Os trabalhadores grevistas, através do advogado contratado, vislumbrando violação à Súmula Vinculante nº 23, editada pelo Supremo Tribunal Federal (*"A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada"*), nos termos estabelecidos pela Constituição federal, com o escopo de cassar a decisão judicial proferida pela Justiça Comum Estadual do Estado do Maranhão, deverão apresentar, neste caso,
- (A) Recurso Ordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- (B) Reclamação ao Supremo Tribunal Federal.
- (C) Agravo de Instrumento ao Supremo Tribunal Federal.
- (D) Correição Parcial ao Supremo Tribunal Federal.
- (E) Representação ao Conselho Nacional de Justiça.

24. Sobre a ação declaratória de constitucionalidade considere:
- I. A decisão que declara a constitucionalidade da lei ou do ato normativo em ação declaratória é irrecurável, ressalvada a interposição de embargos declaratórios, não podendo, igualmente, ser objeto de ação rescisória.
- II. Ajuizada Ação Declaratória de Constitucionalidade não é admissível a desistência.
- III. Contra a decisão do Relator que indeferir a petição inicial caberá agravo.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II e III.

25. Analise a seguinte norma constitucional inerente aos direitos sociais:  
*Art. 8º: É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte: (...) IV – a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei.*
- Trata-se de norma de eficácia
- (A) exaurida.
- (B) limitada.
- (C) plena.
- (D) contida.
- (E) programática.

26. Renato é diretor de uma empresa de pequeno porte situada no Estado do Maranhão, que ao longo dos anos vem praticando diversas irregularidades, dentre elas, a sonegação de tributo estadual (ICMS). Após receber, em sua empresa, a visita dos fiscais Patrício e Joaquim, e diante da ameaça iminente de receber sanções administrativas e penais, Renato, ciente da inocência de Patrício e Joaquim, e para tentar se isentar da fiscalização, resolve denunciá-los ao Ministério Público, acusando-os da prática de ato de improbidade. Nos termos da Lei nº 8.429/92, Renato
- (A) cometeu crime previsto na Lei de Improbidade Administrativa punido com detenção de seis a dez meses e multa, e estará sujeito a indenizar os denunciados pelos danos materiais, morais ou à imagem que houver provocado.
- (B) cometeu crime previsto na Lei de Improbidade Administrativa punido com reclusão de um a três anos e multa, e estará sujeito a indenizar os denunciados pelos danos materiais, morais ou à imagem que houver provocado.
- (C) não cometeu crime previsto na Lei de Improbidade Administrativa, pois não acusou os denunciados da prática de crime, mas sim de ato de improbidade administrativa, e estará sujeito, apenas, a indenizar os denunciados pelos danos materiais, morais ou à imagem que houver provocado.
- (D) cometeu crime previsto na Lei de Improbidade Administrativa punido com detenção de três a seis meses e multa, e estará sujeito a indenizar os denunciados pelos danos materiais, morais ou à imagem que houver provocado.
- (E) cometeu crime previsto na Lei de Improbidade Administrativa punido com detenção de um a dois anos e multa, e estará sujeito a indenizar os denunciados pelos danos materiais, morais ou à imagem que houver provocado.



27. Determinada empresa privada, concessionária de serviços públicos, torna-se inadimplente, deixando de prestar o serviço de administração de uma estrada do Estado do Maranhão, descumprindo o contrato firmado e prejudicando os usuários. Neste caso, a retomada do serviço público concedido ainda no prazo de concessão pelo Governo do Estado do Maranhão tem por escopo assegurar o princípio do serviço público da
- (A) cortesia.
- (B) continuidade.
- (C) modicidade.
- (D) impessoalidade.
- (E) atualidade.
- 
28. O Diretor Jurídico de uma autarquia estadual nomeou sua companheira, Cláudia, para o exercício de cargo em comissão na mesma entidade. O Presidente da autarquia, ao descobrir o episódio, determinou a imediata demissão de Cláudia, sob pena de caracterizar grave violação a um dos princípios básicos da Administração pública. Trata-se do princípio da
- (A) presunção de legitimidade.
- (B) publicidade.
- (C) motivação.
- (D) supremacia do interesse privado sobre o público.
- (E) impessoalidade.
- 
29. Após a instauração de processo administrativo disciplinar contra Benício, servidor público federal, iniciou-se a fase do inquérito administrativo, sendo primeiramente ouvido Benício (interrogatório do acusado), abrindo-se, na sequência, oportunidade de defesa escrita. Em seguida, iniciou-se a fase instrutória, em que foram ouvidas diversas testemunhas, e, ao final, proferido relatório pela Comissão e encaminhado à autoridade julgadora para decisão. Nos termos da Lei nº 8.112/90,
- (A) o relatório da Comissão deve ser elaborado no início do procedimento, antes da oitiva do servidor.
- (B) está correto o procedimento adotado.
- (C) a fase de defesa deve ocorrer após a fase instrutória.
- (D) inexistente inquérito administrativo dentro do processo disciplinar, sendo uma fase externa do processo.
- (E) o relatório não é encaminhado à nenhuma autoridade julgadora, pois a própria Comissão é a competente para o julgamento.
- 
30. Justino praticou ato de improbidade administrativa que atentou contra os princípios da Administração pública. Marcio praticou ato de improbidade administrativa que importou em enriquecimento ilícito. Tonico praticou ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário. Nos termos da Lei nº 8.429/92, o Ministério Público, ao propor as respectivas ações de improbidade, poderá requerer a medida de indisponibilidade de bens contra
- (A) Marcio e Tonico, apenas.
- (B) Justino, Marcio e Tonico.
- (C) Tonico, apenas.
- (D) Marcio, apenas.
- (E) Marcio e Justino, apenas.
- 
31. Considera-se hipótese de suspensão do contrato de trabalho:
- (A) o intervalo interjornada.
- (B) as férias.
- (C) a falta do empregado no dia subsequente ao seu casamento.
- (D) os quinze dias iniciais de afastamento do empregado acometido de enfermidade.
- (E) o repouso semanal remunerado.
- 
32. No tocante ao FGTS, considere:
- I. O depósito na conta vinculada do FGTS deve ser efetuado até o dia 5 de cada mês, na importância correspondente a 8% (oito por cento) da remuneração paga ou devida no mês anterior.
- II. A Presidência do Conselho Curador será exercida pelo representante do Ministério do Trabalho e Emprego.
- III. A gestão da aplicação do FGTS será efetuada pelo Ministério do Trabalho e Emprego em conjunto com o Ministério das Cidades.
- IV. O trabalhador que tiver idade igual ou superior a 70 anos poderá sacar o valor depositado no FGTS.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e IV.
- (B) I, II e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e III.
- (E) II e IV.
- 
33. Poliana é empregada da empresa X Ltda. tendo sido contratada sob o regime de tempo parcial. Neste caso, se Poliana tiver 10 faltas injustificadas ao longo do período aquisitivo de férias ela
- (A) terá o seu período de férias reduzido em um terço.
- (B) não terá direito ao gozo das férias.
- (C) só terá direito a férias se o seu contrato de trabalho for superior a cinco anos.
- (D) terá o seu período de férias reduzido à metade.
- (E) terá direito a oito dias de férias.



34. A empresa "A" concede aos seus empregados transporte destinado ao deslocamento para o trabalho, tendo em vista que o percurso não é servido por transporte público. A empresa "B" concede aos seus empregados, transporte destinado ao deslocamento para o trabalho, mesmo sendo o percurso servido por transporte público. A empresa "C" fornece seguro de vida para seus empregados e a empresa "D" assistência médica mediante seguro-saúde. Nestes casos, não possuem natureza salarial as utilidades concedidas pelas empresas
- (A) A, C e D, apenas.
- (B) A, B, C e D.
- (C) B, C e D, apenas.
- (D) A e C, apenas.
- (E) B e D, apenas.
35. Na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA da empresa X Ltda., Gilmar é representante suplente dos empregados, tendo sido eleito em escrutínio secreto. Durante o seu mandato, Gilmar participou de menos da metade do número de reuniões da CIPA. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, Gilmar
- (A) só sofreria penalidade se tivesse participado em menos de 2/3 do número de reuniões da CIPA.
- (B) não sofrerá penalidade alguma, uma vez que é membro suplente e não titular, não possuindo obrigatoriedade na participação das reuniões.
- (C) não poderá se candidatar à reeleição.
- (D) só poderá se candidatar à reeleição, se tiver autorização expressa de todos os membros da CIPA, concedida até trinta dias antes de iniciado o processo de eleição.
- (E) só poderá se candidatar à reeleição, se tiver autorização expressa de todos os membros da CIPA, concedida até sessenta dias antes de iniciado o processo de eleição.
36. A empresa "M" Ltda. tem seu maior volume de serviços entre 11h e 15h. Assim, contratou três empregadas, Ana, Júlia e Luiza, para auxiliar durante este período. Ana possui jornada de trabalho exatamente das 11h às 15h. Júlia possui jornada de trabalho das 11h às 16h e Luiza possui jornada de trabalho das 12h às 16h. Nestes casos, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, no tocante ao intervalo intrajornada, a empresa "M" Ltda.
- (A) não possui obrigatoriedade para conceder este intervalo para nenhuma das empregadas.
- (B) deverá conceder, no mínimo, 15 minutos para todas as empregadas.
- (C) deverá conceder, no mínimo, 15 minutos apenas para Júlia.
- (D) deverá conceder, no mínimo, 30 minutos para todas as empregadas.
- (E) deverá conceder, no mínimo, 30 minutos apenas para Júlia.
37. Mário, empregado da empresa "Z" Ltda. completou quarenta anos e resolveu comemorar seu aniversário no refeitório da empresa, durante seu intervalo intrajornada, tendo em vista a autorização expressa de seu empregador. Durante a comemoração, Mário embriagou-se, tendo retornado ao serviço totalmente alcoolizado e ainda consumindo bebida alcoólica, causando diversos problemas dentro do estabelecimento em razão do seu estado de embriaguez. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, a empresa "Z" Ltda.
- (A) poderá rescindir o contrato de trabalho de Mário por justa causa pela embriaguez em serviço.
- (B) não poderá rescindir o contrato de trabalho de Mário por justa causa, uma vez que o referido diploma legal apenas permite a rescisão quando a embriaguez é habitual.
- (C) somente poderá rescindir o contrato de trabalho de Mário se ele cometer uma das faltas tipificadas no referido diploma legal, uma vez que a embriaguez não é causa autorizadora da rescisão do contrato de trabalho por justa causa.
- (D) somente poderia rescindir o contrato de trabalho de Mário se não houvesse autorizado a comemoração dentro do estabelecimento.
- (E) deverá obrigatoriamente instaurar inquérito para apuração da falta grave, sendo autorizado apenas a suspensão de Mário durante a tramitação do inquérito.
38. A empresa X Ltda. localizada na cidade de São Luís possui filial em Alcântara. Tendo em vista que parte da filial foi acometida por um incêndio, danificando arquivos importantes, a empresa irá transferir unilateralmente três empregados de sua matriz para ajudar na restauração dos arquivos danificados. Neste caso, considerando que ocorrerá necessariamente a mudança de domicílio, a empresa X Ltda.
- (A) poderá transferir desde que haja consentimento expresso dos empregados, bem como efetue o pagamento do adicional de transferência nunca inferior a 25%.
- (B) não poderá transferir, uma vez que a Consolidação das Leis do Trabalho veda qualquer transferência unilateral, sem o consentimento do empregado, independentemente do pagamento de qualquer adicional.
- (C) poderá transferir independentemente do consentimento dos empregados, desde que seja provisória, e que efetue o pagamento do adicional de transferência nunca inferior a 30%.
- (D) poderá transferir desde que haja consentimento expresso dos empregados, bem como efetue o pagamento do adicional de transferência nunca inferior a 30%.
- (E) poderá transferir independentemente do consentimento dos empregados, desde que seja provisória, e que efetue o pagamento do adicional de transferência nunca inferior a 25%.



<p>39. Considere os seguintes serviços e atividades:</p> <p>I. funerários.</p> <p>II. telecomunicações.</p> <p>III. guarda, uso e controle de substâncias radioativas, equipamentos e materiais nucleares.</p> <p>IV. compensação bancária.</p> <p>Considera-se serviços ou atividades essenciais o que consta em</p> <p>(A) I, II, III e IV, sendo obrigatória a comunicação de decisão sobre greve aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de quarenta e oito horas da paralisação.</p> <p>(B) I, II e IV apenas, sendo obrigatória a comunicação de decisão sobre greve aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de setenta e duas horas da paralisação.</p> <p>(C) I e II apenas, sendo obrigatória a comunicação de decisão sobre greve aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de setenta e duas horas da paralisação.</p> <p>(D) I, II, III e IV, sendo obrigatória a comunicação de decisão sobre greve aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de setenta e duas horas da paralisação.</p> <p>(E) I, II e IV apenas, sendo obrigatória a comunicação de decisão sobre greve aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de quarenta e oito horas da paralisação.</p>	<p>42. Solange ajuizou reclamação trabalhista contra sua ex-empregadora empresa XYZ Ltda., sendo que deixou de comparecer na data da audiência designada, ocasionando o arquivamento do feito. Ingressou com nova reclamação trabalhista, idêntica à primeira, sendo que na audiência e perante o juiz, desistiu expressamente do feito, com a concordância da empresa. Solange</p> <p>(A) deverá aguardar um ano para propor nova ação.</p> <p>(B) deverá aguardar seis meses para propor nova ação.</p> <p>(C) não necessitará aguardar nenhum prazo, podendo ingressar imediatamente com nova ação.</p> <p>(D) deverá requerer autorização expressa ao juiz para ingressar com nova ação.</p> <p>(E) não poderá mais ingressar com nova ação.</p>
<p>40. Antonio ajuizou reclamação trabalhista contra sua ex-empregadora, sendo que na audiência designada as partes celebraram acordo amigável, devidamente homologado em Juízo, no valor de R\$ 10.000,00, a ser pago em cinco parcelas de R\$ 2.000,00 cada, com início a partir de dez dias da realização da audiência. Entretanto, no dia seguinte, Antonio se arrependeu, por entender que tinha direito a valor superior ao acordado. Neste caso, Antonio</p> <p>(A) não poderá recorrer da decisão por este motivo.</p> <p>(B) poderá interpor recurso ordinário, contando seu prazo a partir do pagamento da última parcela do acordo.</p> <p>(C) poderá interpor agravo de petição, tendo em vista que está findo o processo de conhecimento.</p> <p>(D) só poderá opor embargos de declaração, contando seu prazo a partir de cinco dias da data da realização da audiência.</p> <p>(E) deverá interpor agravo de instrumento, contando seu prazo a partir do pagamento da primeira parcela do acordo homologado.</p>	<p>43. Maria, Oficial de Justiça Avaliadora, para cumprimento de mandado de penhora e avaliação no importe de R\$ 50.000,00 dirigiu-se ao local onde está situada a empresa executada, encontrando vários bens. Analisando-os abaixo, Maria deverá lavrar o Auto de Penhora e Avaliação, preferencialmente,</p> <p>(A) de uma televisão e um freezer.</p> <p>(B) de um automóvel.</p> <p>(C) do imóvel onde reside o sócio e sua família.</p> <p>(D) do percentual de faturamento da empresa executada.</p> <p>(E) de barras de ouro.</p>
<p>41. Tendo em vista designação de audiência trabalhista, se até quinze minutos após a hora marcada o juiz não houver comparecido, para sua realização, poderão as partes presentes</p> <p>(A) retirar-se, informando o ocorrido ao Diretor de Secretaria.</p> <p>(B) aguardar a chegada do juiz, requerendo o adiamento e a designação de nova data para realização da audiência, uma vez que as partes não são obrigadas a suportar o atraso ocorrido.</p> <p>(C) retirar-se, informando o ocorrido e consignando seus "protestos" na Ata de Audiência.</p> <p>(D) aguardar a chegada do juiz, requerendo seja realizada a audiência, mas com dilação dos prazos processuais subsequentes, tendo em vista que o juiz deixou de observar norma de ordem pública.</p> <p>(E) retirar-se, lavrando-se o ocorrido no livro de registro das audiências.</p>	<p>44. No tocante aos prazos processuais, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) O reclamado poderá aduzir sua defesa oralmente, em audiência, no prazo de 20 (vinte) minutos.</p> <p>(B) Para realização de audiência deverá haver um interregno de no mínimo dez dias após o recebimento da reclamação trabalhista pelo reclamado.</p> <p>(C) Após garantido o Juízo, o prazo para a oposição de embargos à execução é de cinco dias.</p> <p>(D) Nos despachos para a prática de ato processual pela parte sem que o juiz fixe o prazo, este será de cinco dias.</p> <p>(E) Pelo princípio da celeridade processual, não se aplicam os prazos em dobro quando houver litisconsortes com diferentes procuradores no processo do trabalho.</p>
	<p>45. A Emenda Constitucional 45/2004 incorporou as seguintes matérias à competência da Justiça do Trabalho, EXCETO:</p> <p>(A) quanto aos funcionários públicos estatutários.</p> <p>(B) que envolvam exercício do direito de greve.</p> <p>(C) sobre representação sindical.</p> <p>(D) alusivas a eleições sindicais.</p> <p>(E) execução, de ofício, de contribuições sociais, decorrentes das decisões proferidas pelos Juízes do Trabalho.</p>



<p>46. Na Justiça do Trabalho os honorários advocatícios</p> <p>(A) são devidos desde que tanto o reclamante quanto o reclamado estejam assistidos pelo sindicato da categoria profissional e econômica.</p> <p>(B) nunca serão devidos, tendo em vista o princípio do <i>jus postulandi</i>, insculpido no art. 791 da CLT e não derogado pelo art. 133 da CF.</p> <p>(C) são devidos desde que o reclamante esteja assistido pelo sindicato da categoria profissional, bem como perceba menos do que o dobro do salário mínimo vigente.</p> <p>(D) são devidos, desde que a parte esteja assistida por sindicato da categoria profissional e nunca serão superiores a 20% do valor da causa.</p> <p>(E) são devidos, desde que a parte alegue que não possui condições de demandar sem prejuízo de seu próprio sustento e o de sua família.</p>	<p>50. Quando, não havendo norma prevista para a solução do caso concreto, o juiz decide utilizando um conjunto de normas próximas do próprio ordenamento jurídico. Neste caso, está aplicando</p> <p>(A) os costumes.</p> <p>(B) a analogia.</p> <p>(C) os princípios gerais de Direito.</p> <p>(D) a equidade legal.</p> <p>(E) a equidade judicial.</p>
<p>47. João, empregado público, cujo contrato é regido pelas regras da CLT, move reclamação trabalhista contra a Prefeitura Municipal da cidade X, pleiteando o pagamento de verbas rescisórias no importe de R\$ 15.000,00. Em sua petição inicial, os pedidos são certos e foram todos liquidados, razão pela qual, o procedimento escolhido deverá ser o rito</p> <p>(A) sumaríssimo, desde que não seja necessária a citação por edital.</p> <p>(B) sumaríssimo, tendo em vista o valor dado à causa e a liquidação dos pedidos.</p> <p>(C) sumário, tendo em vista o valor dado à causa e a liquidação dos pedidos.</p> <p>(D) especial, tendo em vista que a reclamação trabalhista é proposta contra a Prefeitura.</p> <p>(E) ordinário, independentemente do valor dado à causa e da liquidação dos pedidos.</p>	<p>51. A respeito da transação, considere:</p> <p>I. Em regra, se for concluída entre o credor e o devedor, desobrigará o fiador.</p> <p>II. Se for concluída entre um dos credores solidários e o devedor, extinguirá a obrigação deste para com os outros credores.</p> <p>III. A nulidade de qualquer de suas cláusulas não implicará em nulidade da transação.</p> <p>IV. Se for concluída entre um dos devedores solidários e seu credor, extinguirá a dívida em relação aos co-devedores.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II e IV.</p> <p>(B) II e IV.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) I, II e III.</p>
<p>48. Sobre a teoria geral do processo do trabalho,</p> <p>(A) o agravo de petição é um recurso próprio do processo do trabalho, cabível das decisões proferidas nas execuções, cujo prazo é de cinco dias da garantia do Juízo.</p> <p>(B) as custas processuais serão recolhidas ao final, fixadas em 1% (hum por cento) do valor dado à causa, quando a ação for julgada improcedente.</p> <p>(C) na audiência, o empregador poderá fazer-se substituir pelo preposto, que tenha conhecimento dos fatos e cuja declaração não obrigará o proponente.</p> <p>(D) aberta a audiência, o juiz receberá a defesa e proporá a conciliação, sendo que no caso de insucesso, passará à instrução processual.</p> <p>(E) distribuída a reclamação trabalhista verbal, deverá o reclamante comparecer à secretaria ou ao cartório para reduzi-la a termo no prazo de cinco dias, em regra.</p>	<p>52. A respeito das obrigações divisíveis e indivisíveis, é correto afirmar:</p> <p>(A) Se um dos credores, nas obrigações divisíveis, remir a dívida, a obrigação ficará extinta para com os outros.</p> <p>(B) O devedor que paga a dívida referente à prestação indivisível não se sub-roga no direito do credor em relação aos outros coobrigados.</p> <p>(C) Perde a qualidade de indivisível a obrigação que se resolver em perdas e danos.</p> <p>(D) Nas obrigações divisíveis, a novação da dívida por um dos credores prejudicará os demais.</p> <p>(E) Nas obrigações divisíveis, a compensação da dívida feita por um dos credores acarreta a extinção do débito para com os outros credores.</p>
<p>49. No processo do trabalho, quando preenchidos os requisitos legais, é devido, em regra, depósito recursal para interposição dos seguintes recursos:</p> <p>(A) agravo de instrumento, recurso ordinário e recurso de revista.</p> <p>(B) agravo de instrumento, agravo de petição e recurso ordinário.</p> <p>(C) apelação, recurso ordinário e recurso de revista.</p> <p>(D) agravo de petição, recurso ordinário e recurso de revista.</p> <p>(E) agravo de instrumento, agravo regimental e embargos declaratórios.</p>	<p>53. A respeito do contrato de compra e venda,</p> <p>(A) as despesas com transporte e tradição correm, em regra, por conta do comprador.</p> <p>(B) as despesas com escritura e registro serão pagas, em regra, pelo vendedor.</p> <p>(C) é nula a venda de ascendente para descendente.</p> <p>(D) é lícita a compra e venda entre cônjuges, desde que o contrato seja compatível com o regime de bens por eles adotado.</p> <p>(E) os bens confiados à guarda ou administração de tutores ou curadores só podem ser por estes comprados em hasta pública.</p>



54. Lucius, em razão de contrato de prestação de serviços médicos através de seguro-saúde, está obrigado a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo que a empresa titular do seguro-saúde terá se perder ação de reparação de danos morais e materiais proposta por paciente que foi vítima de erro médico. Lucius será convocado para intervir no processo através
- (A) da denúncia da lide.  
 (B) do chamamento ao processo.  
 (C) da nomeação à autoria.  
 (D) da oposição sucessiva.  
 (E) da assistência simples.
- 
55. Petrus é locador de um imóvel e se ausentou do Brasil sem cientificar o locatário de que deixou na localidade onde está situado o imóvel procurador com poderes para receber citação. Nesse caso, tendo o locatário ajuizado ação objetivando a renovação da locação, Petrus será citado
- (A) pelo correio, com aviso de recebimento.  
 (B) por carta precatória.  
 (C) por edital, com prazo de 20 dias.  
 (D) na pessoa do administrador do imóvel encarregado do recebimento dos aluguéis.  
 (E) por edital, com prazo de 60 dias.
- 
56. Na ação monitoria,
- (A) cumprindo o réu o mandado, não ficará isento de honorários advocatícios.  
 (B) não é admissível a citação com hora certa.  
 (C) os embargos dependem de prévia segurança do juízo.  
 (D) cumprindo o réu o mandado, não ficará isento de custas.  
 (E) cabe a citação por edital.
- 
57. A respeito da execução por quantia certa contra devedor solvente, considere:
- I. O réu pode remir a execução, pagando ou consignando a importância atualizada da dívida, mais juros, custas e honorários advocatícios, até 30 dias após a penhora.  
 II. Entre veículos de via terrestre e bens imóveis, a penhora recairá, preferencialmente, nos bens imóveis.  
 III. Tratando-se de penhora de bem indivisível, a meação do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e III.  
 (B) I e II.  
 (C) III.  
 (D) II e III.  
 (E) I.
- 
58. A respeito da contribuição social do servidor público ativo de qualquer dos Poderes da União para a manutenção do respectivo regime próprio de previdência social considere:
- I. Será de 11% (onze por cento), incidentes sobre a totalidade da base de contribuição, em se tratando de servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo e não tiver optado por aderir a ele.  
 II. Será de 9% (nove por cento), incidentes sobre a parcela da base de contribuição que não exceder ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, em se tratando de servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo e tenha optado por aderir ao regime de previdência complementar ali referido.  
 III. Entende-se como base de contribuição o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, os adicionais de caráter individual ou quaisquer outras vantagens, excluída, dentre outras vantagens, a adicional por serviço extraordinário.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I e III, apenas.  
 (B) I e II, apenas.  
 (C) II e III, apenas.  
 (D) I, II e III.  
 (E) I, apenas.
- 
59. Fernanda, pessoa com deficiência de acordo com a legislação competente, necessita que o Estado promova a sua reabilitação e integração à vida comunitária. Dessa forma, será a ela prestada a assistência social,
- (A) desde que tenha sido primeiramente concedido o auxílio-doença.  
 (B) independentemente de contribuição à seguridade social.  
 (C) desde que tenha sido primeiramente concedida a aposentadoria por invalidez.  
 (D) desde que tenha sido respeitada a carência de 12 (doze) contribuições mensais.  
 (E) desde que tenha sido respeitada a carência de 180 (cento e oitenta) contribuições mensais.
- 
60. Patrícia é professora universitária em uma instituição privada no estado do Maranhão. Casada há cinco anos com Gustavo, após diversas tentativas, finalmente conseguiu engravidar. A proteção à maternidade da gestante Patrícia, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, será atendida, nos termos da lei, pela
- (A) assistência social, organizada sob a forma de regime geral, independentemente de filiação e de contribuição à seguridade social.  
 (B) previdência social, organizada sob a forma de regime especial próprio de servidores públicos, de caráter contributivo e de filiação facultativa.  
 (C) previdência social, organizada sob a forma de regime geral, independentemente de filiação e de contribuição à seguridade social.  
 (D) previdência social, organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória.  
 (E) previdência social, organizada sob a forma de regime especial próprio de servidores públicos, independentemente de filiação e de contribuição à seguridade social.

**PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO**Atenção:

- Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 linhas e máximo de 30 linhas.
- Conforme Edital do Concurso, será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva – Redação, na Folha Definitiva, que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.
- Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova de Redação.

## I. Atente para o seguinte texto:

*A todo momento somos levados a escolher entre drásticas oposições: direita ou esquerda, a favor ou contra o aborto, maior ou nenhuma repressão policial e tantas mais. Mas é bom lembrar que tais oposições podem ser simplórias, e há muito espaço entre os extremos para ser investigado e avaliado.*

## II. Com base no trecho acima, redija um texto dissertativo-argumentativo. Justifique amplamente seu ponto de vista.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	